Sumário

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS 17
Eduardo Aidê Bueno de Camargo

1. INTRODUÇÃO 17
2. QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS? 18
   2.1. A dimensão objetiva dos Direitos Humanos 18
      2.1.1. Os Direitos Humanos como consensos 20
      2.1.2. Os Direitos Humanos como uma ordem objetiva de valores 22
      2.1.3. A essencialidade e o minimalismo dos Direitos Humanos 24
      2.1.4. A universalidade dos Direitos Humanos 26
   2.2. A dimensão subjetiva dos direitos humanos 26
   2.3. A incidência dos direitos humanos sobre as relações privadas 27
      2.3.1. A teoria da eficácia vertical 27
      2.3.2. A teoria da eficácia horizontal 30
3. DIREITOS HUMANOS E OUTROS CONCEITOS 31
   3.1. Direitos humanos vs. direitos fundamentais 32
   3.2. Direitos humanos vs. direitos civis ou direitos do cidadão 34
   3.3. Direitos humanos vs. direitos individuais 35
   3.4. Direitos humanos vs. liberdades públicas e/ou liberdades individuais 35
   3.5. Direitos humanos vs. direitos naturais 36
   3.6. Direitos Humanos vs. Direito Humanitário 37
4. A NATUREZA DAS NORMAS DE DIREITOS HUMANOS: REGRAS OU PRINCÍPIOS? 38
   4.1. As distinções entre regra e princípio formuladas por Ronald Dworkin e Robert Alexy 40
   4.2. A tensão entre normas de direitos humanos e o princípio da proporcionalidade 43
      4.2.1. Teoria Interna ou Teoria da Especificação dos Direitos Humanos 43
      4.2.2. Teoria Externa dos Direitos Humanos 45
      4.2.3. O princípio da proporcionalidade e a ponderação de interesses 46
      4.2.4. A ponderação entre princípio e regra 50

5. QUESTÕES DE CONCURSO 50
6. BIBLIOGRAFIA 52

CAPÍTULO 2

AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS 57
Eduardo Aidê Bueno de Carvalho

1. INTRODUÇÃO 57
2. INERÊNCIA OU CONGENIALIDADE 58
   2.1. A dignidade humana como fonte moral e valor intrínseco do ser humano 59
   2.2. A igualdade material e a proteção de grupos minoritários: o estado de vulnerabilidade 65
   2.3. A igualdade material e as ações afirmativas 69
   2.4. Políticas de Reconhecimento vs. Políticas de Redistribuição 73
   2.5. A proteção de seres não humanos e os direitos dos animais 77
3. HISTORICIDADE 79
4. UNIVERSALIDADE 80
   4.1. A internacionalização dos Direitos Humanos e a mitigação da lógica de Westfalia da soberania nacional 81
      4.1.1. Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) 82
      4.1.2. Conferência de Teerã (1968) 83
      4.1.3. Conferência de Viena de 1993 84
   4.2. Universalismo dos Direitos Humanos vs. Relativismo Cultural 85
5. INDISPONIBILIDADE: INALIENABILIDADE E IRRENUNCIABILIDADE 89
   5.1. Restrição voluntária de direitos humanos 90
   5.2. Proteção do direito contra a vontade do titular e paternalismo 91
6. IMPRESCRITIBILIDADE 91
   6.1. (Im)prescritibilidade da pretensão reparatória 92
   6.2. Imprescritibilidade da pretensão punitiva de violações a direitos humanos e os crimes contra a humanidade 93
7. INDIVISIBILIDADE, INTERDEPENDÊNCIA E COMPLEMENTARIDADE 100
   7.1. Exigibilidade dos Direitos Sociais: a reserva do possível e o mínimo existencial 101
   7.2. Colisão de direitos e a relatividade dos direitos humanos 103
8. NÃO EXAUSTIVIDADE OU INEXAURIBILIDADE 106
9. NORMATIVIDADE 106
10. EFETIVIDADE 108
   10.1. A tutela dos direitos e a reparação dos danos causados aos direitos humanos 109
   10.2. A reparação dos danos causados aos direitos humanos dos presos 112
   10.3. Mandados de reparação ou mandados de criminalização? 114
5. QUESTÕES DE CONCURSO 116
6. BIBLIOGRAFIA 120

CAPÍTULO 3

OS FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS 127
Eduardo Aidê Bueno de Carvalho

1. INTRODUÇÃO 127
2. RELATIVISMO CONCEPTUAL: A NEGAÇÃO DE QUALQUER FUNDAMENTAÇÃO 130
3. HISTORICISMO: AS CONSTRUÇÕES MORAIS DE UM POVO 132
4. POSITIVISMO JURÍDICO: A VALIDADE FORMAL DA NORMA 134
5. JUSNATURALISMO: A EXISTÊNCIA DE DIREITOS INATOS 136
6. CONSENSUALISMO: A IMPORTÂNCIA DA CONVENÇÃO 138
7. (DES)CONSTRUTIVISMO: A RETIRADA DE CONCEPÇÕES NÃO RAZOÁVEIS 143
8. DISCURSO: O PROCEDIMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO CONSENSO 144
9. CONCLUSÃO 147
10. QUESTÕES DE CONCURSO 147
11. BIBLIOGRAFIA 149

CAPÍTULO 4

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS 153
Eduardo Aidê Bueno de Carvalho

1. INTRODUÇÃO 153
2. IDADE ANTIGA: A GÊNESE DOS DIREITOS 154
3. IDADE MÉDIA: O DESENVOLVIMENTO DE DIREITOS INATOS 156
4. IDADE MODERNA: O UNIVERSALISMO DOS DIREITOS DO HOMEM 157
5. IDADE CONTEMPORÂNEA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS 159
6. QUESTÕES DE CONCURSO 162
7. BIBLIOGRAFIA 162

CAPÍTULO 5

CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 165
Eduardo Aidê Bueno de Carvalho

1. INTRODUÇÃO 165
2. A TEORIA DOS STATUS DE GEORG JELLINEK 165
3. A TEORIA DAS GERAÇÕES OU DIMENSÕES DE KAREL VASAK 166
   - 3.1. Primeira dimensão: direitos civis e políticos 169
   - 3.2. Segunda dimensão: direitos sociais, econômicos e culturais 171
   - 3.3. Terceira dimensão: direitos de solidariedade 174
   - 3.4. Outras dimensões dos direitos humanos 178

4. QUESTÕES DE CONCURSO 179
5. BIBLIOGRAFIA 181

CAPÍTULO 6

A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 183
Eduardo Aidê Bueno de Carvalho

1. INTRODUÇÃO 183
2. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO 185
   2.1. Os métodos clássicos de interpretação 186
   2.2. Os métodos de interpretação da nova hermenêutica 186
3. PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 190
   3.1. Princípio da interpretação pro homine ou pro persona 191
   3.2. Princípio da primazia da norma mais favorável à pessoa humana 192
   3.3. Princípio da máxima efetividade (effet utile) 194
   3.4. Princípio da interpretação autônoma 195
   3.5. Princípio ou teoria da margem de apreciação 196
4. QUESTÕES DE CONCURSO 198
5. BIBLIOGRAFIA 200

CAPÍTULO 7

DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 203
João Mendes Rodrigues

1. INTRODUÇÃO 203
2. INCORPORAÇÃO DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 203
   2.1. Processo de incorporação de tratados internacionais 203
   2.2. Status Normativo do TIDH Incorporado 204
   2.3. Situações Possíveis 205
      2.3.1. Tratados não de Direitos Humanos 205
      2.3.2. Tratados de Direitos Humanos incorporados após a EC 45 na forma do art. 5˚, §3˚. 206
      2.3.3. Tratados de Direitos Humanos incorporados antes da EC 45 ou após a EC 45, mas não na forma especial do art. 5º, § 3º 206
   2.4. Síntese 207
   2.5. Depositário infiel – art. 5, LXVII, CF. 207
3. INTERVENÇÃO FEDERAL NO CASO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA HUMANA 210
   3.1. Causa de Intervenção 210
   3.2. Representação Interventiva 212

3.3. Decreto Interventivo 212
4. FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS 213
4.1. Dispositivo Constitucional 213
4.2. Pressuposto de Admissibilidade 214
4.3. Pedido de Assistência e Admissão de Amicus Curiae 216
5. QUESTÕES DE CONCURSO 217
6. BIBLIOGRAFIA 219

CAPÍTULO 8

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 221
Anderson Santos da Silva

1. INTRODUÇÃO 221
2. SISTEMA GLOBAL GERAL 223
2.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos 223
2.2. Pactos de Nova York 225
2.2.1. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus protocolos 226
2.2.2. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 228
3. SISTEMA GLOBAL ESPECIAL 229
3.1. Considerações gerais 229
3.2. Principais convenções internacionais 231
3.2.1. Convenção Internacional para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio 231
3.2.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial 231
3.2.3. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e Protocolo Facultativo 232
3.2.4. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes 234
3.2.5. Convenção sobre os Direitos da Criança 236
3.2.6. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias 238
3.2.7. Convenção para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado 239
3.2.8. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 240
4. MECANISMOS DE MONITORAMENTO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA GLOBAL 242
4.1. Considerações gerais 242
4.2. Mecanismos convencionais 242
4.3. Mecanismos Extraconvencionais 246
5. QUESTÕES DE CONCURSO 250
6. BIBLIOGRAFIA 253

CAPÍTULO 9

SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS..... 255
Anderson Santos da Silva

1. INTRODUÇÃO 255
2. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO 256
   2.1. Estrutura normativa 256
      2.1.1. Carta da OEA e Declaração Americana dos Direitos e Deveres dos Homens 257
      2.1.2. Convenção Americana de Direitos Humanos 258
      2.1.3. Protocolo de San Salvador 259
   2.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos 260
      2.2.1. Considerações gerais 260
      2.2.2. Composição 261
      2.2.3. Competência 262
      2.2.4. Procedimento 263
   2.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos 266
      2.3.1. Considerações gerais 266
      2.3.2. Composição 266
      2.3.3. Competência 266
      2.3.4. Processo consultivo 267
      2.3.5. Processo contencioso 268
         2.3.5.1. Legitimidade 268
         2.3.5.2. Procedimento 268
         2.3.5.3. Medidas provisórias 270
      2.3.6. A Corte IDH e o controle de convencionalidade 271
   2.4. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos 272
      2.4.1. Parecer Consultivo nº 5 (1985) 272
      2.4.2. Caso Velasquez Rodríguez vs. Honduras (1988) 272
      2.4.3. Caso La última tentación de Cristo vs. Chile (2001) 272
      2.4.4. Caso Barrios Altos vs. Peru (2001) 273
      2.4.5. Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua (2001) 273
      2.4.6. Caso Yakye Axa vs. Paraguai (2005) 273
      2.4.7. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil (2006) 274
      2.4.8. Caso Escher e Outros vs. Brasil (2009) 274
      2.4.9. Caso Vélez Loor vs. Panamá (2010) 274
      2.4.10. Caso Garibaldi vs. Brasil (2010) 275
      2.4.11. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil (2010) 275
      2.4.12. Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil (2016) 275
3. SISTEMA REGIONAL EUROPEU 276
   3.1. Estrutura normativa 276

3.2. Corte Europeia de Direitos Humanos 277
3.3. Semelhanças e diferenças entre os sistemas europeu e interamericano 281
4. SISTEMA REGIONAL AFRICANO 281
4.1. Estrutura normativa 281
4.2. Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos 282
4.3. Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos 282
4.4. Semelhanças e diferenças entre os sistemas africano e interamericano 283
5. QUESTÕES DE CONCURSO 283
6. BIBLIOGRAFIA 285

CAPÍTULO 10

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO 287
Anderson Santos da Silva

1. INTRODUÇÃO 287
2. FONTES 288
3. DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS 290
4. PRINCÍPIOS 292
5. CAMPO DE APLICAÇÃO 292
6. A REGULAÇÃO DA CONDUÇÃO DAS HOSTILIDADES 294
6.1. Limitações Ratione Temporis 294
6.2. Limitações Ratione Personae 294
6.3. Limitações Ratione Loci 294
6.4. Limitações Ratione Conditionis 295
7. A PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DOS CONFLITOS ARMADOS 295
7.1. Combatentes e Prisioneiros de Guerra 296
7.2. Feridos, Doentes e Náufragos 297
7.3. População Civil 298
7.4. Pessoal sanitário e religioso 298
8. A CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL 298
9. QUESTÕES DE CONCURSO 300
10. BIBLIOGRAFIA 301

CAPÍTULO 11

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL 303
Eduardo Aidê Bueno de Carvalho

1. LINHAS INTRODUTÓRIAS 303
2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL 307

2.1. Princípio da personalidade 307
2.2. Princípio da irrelevância da qualidade oficial 307
2.3. Princípio do juiz natural 309
2.4. Princípio da legalidade 310
2.5. Princípio da imprescritibilidade 312
2.6. Princípio da complementariedade 314
3. COMPETÊNCIA MATERIAL DO TPI 315
3.1. O crime de genocídio 316
3.2. Crimes contra a humanidade em sentido estrito 317
3.3. Crimes de guerra 318
3.4. O crime de agressão 319
4. ESTRUTURA E JULGAMENTO 320
5. QUESTÕES DE CONCURSO 327
6. BIBLIOGRAFIA 329

CAPÍTULO 12

DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS 331
Anderson Santos da Silva

1. INTRODUÇÃO 331
2. FONTES 332
3. DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS, DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO 333
4. REFÚGIO, ASILO E DESLOCAMENTO INTERNO 334
5. DIREITOS E DEVERES DOS REFUGIADOS. O PRINCÍPIO DO *NON-REFOULEMENT* 338
6. OS REFUGIADOS NO DIREITO BRASILEIRO 340
6.1. Considerações Gerais 340
6.2. Deveres e Obrigações dos Refugiados 341
6.3. Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) 341
6.4. O Ingresso no Território Nacional e o Pedido de Refúgio 341
6.5. O Processo de Refúgio 342
6.6. Refúgio, Extradição e Expulsão 343
6.7. Cessação e Perda da Condição de Refugiado 344
6.8. Soluções Duráveis 345
7. QUESTÕES DE CONCURSO 346
8. BIBLIOGRAFIA 348